

GONÇALVES DE MAGALHÃES E SÍLVIO ROMERO: DOIS DISCURSOS, DUAS BANDEIRAS E UMA SÓ NAÇÃOⁱ

Juliana Garcia Santos da Silva

Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

juligarciass@hotmail.com

RESUMO

Partindo da conjuntura de emancipação política do Brasil, o texto tem como finalidade analisar os discursos historiográficos respectivamente de Domingos J. Gonçalves de Magalhães e de Sílvio Romero sob a perspectiva nacionalista, levando em conta as concepções estético-ideológicas que lhes serviram de alicerce, para, então, avaliar a maneira como viabilizaram a reforma da literatura brasileira e de sua historiografia. Para tal, pretende-se refletir acerca do que fundamenta as contribuições desses dois poetas e historiadores, e da forma como conduzem seus projetos.

Palavras-chave: discursos historiográficos, perspectiva nacionalista, concepções estético-ideológicas, reforma da literatura brasileira e de sua historiografia..

ABSTRACT

Departing from the context of Brazilian political emancipation, the text aims to analyze the historiographic discourses respectively of Domingos J. Gonçalves de Magalhães and Sílvio Romero under the nationalist perspective, examining the aesthetic-ideological conceptions that served as a basis, to evaluate so the way as made viable the reform of Brazilian literature and its historiography. For this, we intend to reflect on what underlies the contributions of these two poets and historians, and the form as they conduct their projects.

Keywords: historiographic discourses, nationalist perspective, aesthetic-ideological conceptions, reform of Brazilian literature and its historiography.

Introdução

Definido mais nitidamente no século XIX como desdobramento da Revolução Francesa e enquanto preceito basilar do Romantismo, o nacionalismo se desenvolveu a fim de contrariar imposições absolutistas e imperialistas, equalizar o povo e o Estado, e enaltecer os valores de uma civilização, fomentando não apenas sua autonomia política, como também sua emancipação cultural. Embora possa ser desvinculado de dado movimento estético, o princípio nacionalista amparou o projeto romântico e propiciou o estabelecimento da história literária como disciplina. Ademais, o sentimento patriótico serviu de substrato às proposições românticas, uma vez que exortou a expressão da identidade e da singularidade de sociedades ávidas por voz própria e comprometida em representá-las. Ainda que sob novas conotações, condizentes aos propósitos ideológicos das classes dirigentes de cada país, a ideologia nacionalista, tal como observa Roberto Acízelo (2014, p. 60), constitui um objeto estratégico, capaz de sondar e identificar o caráter nacional, permitindo à história literária ocupar posição de relevo entre os mecanismos institucionais de salvaguarda dos valores das nações.

Considerado pela crítica como revolucionário e destacado pelo historiador Eric Hobsbawm (1990) como um período de construção das nações, o século XIX também foi decisivo para a promoção da consciência nacional brasileira e de sua história literária. A abertura dos portos e a criação da Imprensa Régia em 1808, o desenvolvimento da colônia, a autonomia pouco a pouco conquistada, as reivindicações por emancipação política e a proclamação da independência, episódio impreterível e determinante, configuram um contexto favorável à ideologia romântica e ao projeto de identificação nacional. De Paris, e entusiasmado com o espírito da Revolução Francesa, D. J. Gonçalves

de Magalhães atribui-se a missão providencial de engrandecer moralmente a nação brasileira e de incitar o estabelecimento de sua unidade e autonomia por intermédio da literatura. Dessa forma, e sob o emblema “Tudo pelo Brasil e para o Brasil”, publica “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, depois intitulado de “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, e *Suspiros poéticos e Saudades*, na ocasião do lançamento da revista *Niterói*, em 1836, organizada pelo grupo de intelectuais do qual fazia parte.

Para além da concepção de ato inaugural do Romantismo brasileiro, a iniciativa de Gonçalves de Magalhães reclamou a fundação de uma literatura nacional e a mobilização intelectual em direção ao que nos legasse forma e representasse nossa alma. Sendo assim, como observa Antonio Candido (2007, p. 370) acerca dos primeiros românticos, designados por ele como uma “Geração vacilante”, suas obras correspondem a peças de um processo de construção patriótica e representam um projeto literário e político dotado de certa paixão partidária e ideológica.

Refutando o programa do poeta romântico supracitado, Sílvio Romero questiona a existência de uma literatura nacional e a maneira exaltada como os românticos concebem a noção de pátria. Motivado pela perspectiva cientificista, questiona o princípio da chamada “cor local”, a tentativa desesperada de se confeccionar um caráter nacional e o repúdio até então alimentado contra a atividade crítica, considerando artificial a maneira romântica de expressão. Sua contribuição altera, pois, a rotina do trabalho intelectual, advogando uma postura analítica e pondo em xeque determinados valores nacionais. Com isso, trouxe, junto com José Veríssimo, contribuições decisivas para o processo de consolidação da disciplina história da literatura, antes impulsionada principalmente por Magalhães, e propôs novos rumos à construção do nacional.

A seguir, desenvolveremos reflexões sobre os diferentes matizes da noção de nacionalismo presentes respectivamente em Gonçalves de Magalhães e Sílvio Romero, relevando o sotaque romântico que impregna a voz do primeiro e a ótica naturalista que norteia o posicionamento do segundo, e que vão compor formas distintas de conceber a literatura e sua historiografia.

1. Magalhães *versus* Romero à luz dos valores nacionais

Certo da necessidade de uma nova literatura, apta a manifestar os anseios da nação perante o fim da condição colonial e a urgência da definição de um rosto para o Brasil, Gonçalves de Magalhães atua pretendendo a autonomia e a legitimidade brasileiras, mobilizado pela consciência da transformação política, social e cultural pela qual o país passava. De viagem pela Europa desde 1832 e em contato com novas orientações literárias, o poeta romântico materializa seus ideais relativos à identidade e à liberdade em manifestos a favor da emancipação espiritual dos brasileiros, agitando os ânimos da recém-instalada nação. Suas proposições, entoadas em nome da exaltação à glória da pátria, com vistas à expressão estética de sua alma, vão ao encontro dos desígnios políticos, sociais e ideológicos de seus concidadãos, o que corrobora a associação de sua imagem à de patrono da genuína literatura brasileira e à de fundador de sua historiografia.

Em *Nacionalismo literário e crítica romântica* (1991, p. 51 et seq.), Maria Eunice Moreira afirma que o movimento de independência estimulou a intelectualidade brasileira a se empenhar em legitimar o então fato político no plano cultural, e que, sob a influência de estudos europeus, como os de Ferdinand Denis e Almeida Garrett,

intelectuais como Magalhães e seu grupo iniciam um debate a respeito da nacionalização literária que se estenderá ao longo do século XIX. Lembra também que, concomitante aos textos sobre a referida nacionalização, surgem outros de natureza historicista com o intuito de recuperar o passado literário e atestar a existência de uma literatura brasileira, ainda que pouco expressiva, planejando o reconhecimento de sua autonomia e refletir a feição do país.

Já nas primeiras linhas de seu “Discurso sobre a literatura do Brasil”, Magalhães proclama um conceito elevado de literatura, constituído em torno de sua representatividade e importância para a promoção da moral de uma nação, porquanto, segundo o autor, à literatura cabe vasculhar-lhe a história e enobrecer-lhe os feitos, instigando o orgulho de seu povo e favorecendo a promoção dos valores que a farão eminente:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral e de mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, e o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência (MAGALHÃES, 2014 [1836], p. 91).

Ao servir-se dos termos “sublime”, “filosófico”, “heroico” e “belo”, em meio à tarefa de incutir o caráter edificante da literatura, Magalhães revela um discurso historiográfico elaborado de forma idealizada e exaltada, à sombra de uma perspectiva metafísica, que pressupõe uma mentalidade espiritualista e romântica. Somada a isso, nota-se a preocupação do ensaísta com a capacidade literária de esculpir a paisagem natural, de expressar “virtudes” e “paixões” que distinguem um povo, e de aguçar o amadurecimento de sua intelectualidade, visando salvá-la do anonimato. Assim, introduz

seu projeto Brasil propondo a literatura do país como recurso para conservar suas glórias e seus heróis, tornando-os conhecidos das demais nações civilizadas.

Ciente de que a condição colonial e a prática da imitação foram um empecilho para a formulação de uma identidade própria à literatura brasileira, Magalhães motiva sua distinção da literatura portuguesa e enfatiza sua missão patriótica. Segundo Maria Eunice (1991, p. 59), o discurso de Gonçalves de Magalhães, apesar de seu intuito historiográfico, é antes um estudo acerca das origens e das condições de desenvolvimento da literatura brasileira, preocupado em afirmar a competência de seu país para uma expressão poética capaz de assegurar sua individuação, na medida em que os literatos encontrassem maneiras renovadoras de efetivar sua atividade poética.

Promovendo a reforma de nossas letras, Gonçalves de Magalhães discute a importância de cada povo ter a sua própria literatura, passível de sofrer e preservar modificações e variações inerentes à sua cultura, sua história social, mas sem constituir-se como mero reflexo de outra literatura nacional. O que se pretende é romper com a relação de sujeição cultural, principalmente no que diz respeito a Portugal, despertando o leitor para a oportuna conjuntura de mudança, favorável à revisão de nossa mentalidade e de nosso fazer estético, rumo à confirmação de nossa autonomia e civilidade.

Analisando a perspectiva defendida por Gonçalves de Magalhães, é possível notar que o conceito do nacionalismo literário assume uma conotação política, se levarmos em conta que para o autor não bastam à literatura características nacionais, mas sua participação no programa de construção do país. Dessa forma, a literatura é interpretada e veiculada não só como alma da evolução histórica de um povo, mas também como instrumento político e de organização da nação, responsável por afixar elementos naturais, a língua e o local como componentes da singularidade nacional. Todavia, a

consciência nacional, conforme adverte Eric Hobsbawm (1990 p. 21), não se desenvolve igualmente entre os grupos sociais e regiões de um país, o que invalida a pressuposição de que para a maioria das pessoas a identificação nacional seja prioridade, fato desconsiderado por Gonçalves de Magalhães que propunha impreterivelmente a unificação política.

O ensaísta romântico, definido por um acentuado civilismo e um sentimentalismo de fundo religioso à moda do sacerdote e poeta Antônio Pereira de Sousa Caldas, empenha-se em acentuar, ao longo de sua enunciação – conduzida quase como uma pregação –, os méritos da civilização brasileira, sublinhando a liberdade como pré-requisito para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, enfatiza o desgosto ante a precariedade da educação e, sobretudo, em face do persistente sistema escravocrata, tidos como empecilho ao avanço intelectual e artístico, revelando-se precursor da campanha abolicionista no Brasil que eclodirá a partir de 1850:

A Deus não praza que esse perigoso fermento que entre nós gira, esse gérmen de discórdia, ressaibo ainda de não apurada educação, e sobretudo a escravidão, tão contrária ao desenvolvimento da indústria e das artes, e tão perniciosa à moral, não impeçam sua marcha e engrandecimento.

[...]

Não; as ciências, a poesia e as belas-artes, filhas da liberdade, não são partilhas do escravo; irmãs da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a liberdade habitar podem (MAGALHÃES, 2014 [1836], p. 97).

Outro aspecto constituinte do viés nacionalista, tão enfático no discurso historiográfico de Magalhães, é o traço indianista, consagrado depois com Gonçalves Dias e José de Alencar. Visto a partir da teoria do “bom selvagem” de Rousseau, o índio é ostentado pelo intelectual romântico como símbolo de nossas origens e herói nacional,

uma vez que, segundo ele, abandona seus bosques e costumes selvagens pela doutrina cristã, assumindo a missão de fundar nossa civilização. Colorido com uma aparente independência espiritual, política e social, o indígena é correlacionado ao mito da pureza e da inocência, responsável por guardar o que nos é autêntico e nativo. Contudo, a figura do índio não foi uma escolha ao acaso. De acordo com Néelson Werneck Sodré (1982, p. 201), o movimento romântico brasileiro vê no índio uma saída para a problemática inerente à representação, haja vista o contraste irreduzível entre a elite brasileira, formada por uma fraca burguesia associada aos proprietários de terra, e o povo. Em seu discurso, porém, Magalhães experimentou trazer uma justificativa mais atraente para a eleição do índio como símbolo, ao insinuar que as tribos indígenas demonstram talento musical e poético, atributos notados a partir de seus cantos, danças e rituais.

Ainda no concernente ao nacionalismo de Gonçalves de Magalhães, vale referir a sua argumentação empenhada em não apenas incentivar a pesquisa dos grandes nomes de nosso passado, como também em motivar o advento de homens notáveis comprometidos em elevar a nação: “A glória de uma nação que existe, ou que já existiu, não é senão o reflexo da glória de seus grandes homens”. (MAGALHÃES, 2014 [1836], p. 94) Refletindo sobre o valor dos gênios para o êxito e prestígio de uma civilização, é aberto um parêntese para a discussão acerca do não reconhecimento do trabalho intelectual, e, por assim dizer, para a denúncia do tratamento desdenhoso dispensado pela sociedade aos escritores:

Se refletirmos, veremos que não são poucos os escritores para um país que era colônia portuguesa; para um país onde ainda hoje o trabalho do literato, longe de assegurar-lhe com a glória uma independência individual e um título de mais ao reconhecimento público, parece ao contrário desmerecê-lo e desviá-lo da liga dos homens positivos, que

desdenhosos dizem – é um poeta! –, sem distinguir se apenas é um trovista ou um homem de gênio, como se dissessem: eis aí um ocioso, um parasita que não pertence a este mundo; deixai-o com a sua mania. Aí canta o poeta por mera inspiração celeste, por essa necessidade de cantar, para dar desafoço ao coração. Ao princípio cantava para honrar a beleza, a virtude e seus amores; cantava ainda para adormentar as amarguras d'alma; mas logo a ideia da pátria apareceu aos poetas, começa eles a invocá-la para objeto de seus cânticos. Sempre, porém, como peregrino no meio dos bosques, que vai cantando sem esperança de recompensa, o poeta brasileiro não é guiado por nenhum interesse, e só o amor mesmo da poesia e da pátria o inspira (MAGALHÃES, 2014 [1836], p. 98).

Personificando pela primeira vez o homem de letras, Magalhães abre um espaço para se pensar na viabilidade da carreira literária no Brasil e na importância da classe composta por escritores e intelectuais para a conquista da glória almejada e para a construção do nacional. Convicto de que deles também depende a expressão e a promoção do espírito nacional, o historiador deixa subentendido que o trabalho do literato, apesar de providencial e movido pelas paixões, carece de reconhecimento porque eles são gênios entregues ao ofício de traduzir a alma da pátria. Tomado, então, por um patriotismo ostensivo, arrebatado e moralizante, preocupado em alavancar a nação no âmbito cultural, ele desenha nossos primeiros passos como nação, na direção de nossa autossuficiência.

Com a ultrapassagem da perspectiva romântica, verificada no Brasil na segunda metade do século XIX, por volta de 1870/1880, as circunstâncias demonstraram-se favoráveis às teorias de Sílvio Romero e seu grupo, que propuseram pensar a civilização brasileira, seu progresso e sua modernização a partir dos conceitos de raça e natureza, e do ponto de vista histórico-social. A propósito, lembra-nos Roberto Acízelo que:

[...] [o] tom declamatório e ufanista vai cedendo lugar a uma linguagem mais analítica, que em geral procura fundamentar sua objetividade nos grandes sistemas de pensamento que ao mesmo tempo derivaram do Romantismo e promoveram a sua contestação, como o positivismo, o evolucionismo, o determinismo e o transformismo (SOUZA, 2014, p. 85).

Simpatizante do cientificismo e da renovação antirromântica do pensamento e das letras brasileiras, sugerida pela geração de 1870, Sílvio Romero reitera o nacionalismo sob uma vertente, em muitos aspectos, avessa à de Gonçalves de Magalhães, propondo novo rumo à historiografia literária e à vida intelectual de nosso país. Como marcas de seu discurso, temos o estímulo ao debate das ideias, extensível aos demais campos do saber, e não restrito apenas às artes, bem como a reflexão acerca da relevância do posicionamento crítico, ainda que ousado, ante a insuficiência desta ciência e da disciplina de espírito, conforme o autor sistematicamente salienta.

Em *História da literatura brasileira* (2001 [1878]), Romero inicia sua avaliação sobre as pátrias letras assinalando que a ausência de trabalhos históricos por um brasileiro resulta em lacunas e falhas responsáveis por condicionar a história literária brasileira à portuguesa e, por conseguinte, sugerir a pobreza de nossa história e de nossa literatura. À luz do critério positivista e evolucionista, explica o caráter nacional, reforçando que a história do Brasil não é a dos portugueses na América. E que não é também, como enfatizou o romantismo, a história dos tupis, ou a dos negros no Novo Mundo. De acordo com Sílvio Romero, a história do Brasil:

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.

Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo.

Tanto mais um autor ou político tenha trabalho para a determinação de nosso caráter nacional, quanto maior é seu merecimento. Quem tiver sido mero imitador português não teve ação, foi um tipo negativo (ROMERO, 2001, p. 57).

Segundo Nélson Werneck Sodré (1982, p. 364 et. seq.), Romero assume um pensamento nacionalista inequívoco, reagindo à imitação servil dos modelos literários externos e acreditando que as raízes da arte literária se acham no povo, cabendo a ela traduzir o ambiente e os traços nacionais. Outra peculiaridade observada é que Sílvio Romero entende a literatura como uma das manifestações da sociedade, e não como um fato isolado ou arbitrário produto da imaginação, e assim seu papel seria o de configurar a realidade. E mais, convencido do condicionamento social da arte literária, se propõe a avaliar tudo que influi na manifestação literária, a sua função, o seu desenvolvimento e a influência do meio sobre ela, a fim de compreender o que confere marca à nossa gente.

Tanto Magalhães quanto Romero assinalam a dificuldade do povo brasileiro em pensar e produzir por si só, e concordam com a necessidade da formação de uma literatura nacional. Contudo, o último desaprova a imposição dessa condição, afirmando ser equivocado exigir que ela seja original ou fabricar uma suposta originalidade: “O *original*, se o tomam no alto sentido de criação profundamente própria, sem antecedente de sorte alguma, é um enormíssimo dislate, que não é partilha de nenhum gênio, como de povo algum.” (ROMERO, 2002, p. 94) Sílvio Romero acredita que o futuro do país está nas convicções sinceras e não idealizadas, que ousam dizer a verdade ao povo, mas a verdade da história, da ciência. Assinala que, ante a carência de concepções maduras e de autonomia, o estudo racional de nossos costumes, de nossas origens, a crítica, a consciência de si e o tempo são fundamentais para a consolidação da literatura brasileira.

E por menos significativas ou autênticas que sejam as ideias de um povo, estas se fazem representar, ao menos, na forma de *tradições mentais*. Logo, para ele, a falta de originalidade não chega a ofuscar a nacionalidade.

Empenhado em incentivar uma pesquisa lúcida em torno de nossas raízes e em reivindicar uma literatura que, a seu ver, represente de modo efetivo a nossa evolução, Romero acusa a versão historiográfica e literária romântica de falsificar e obscurecer o estudo do que nos é natural. Por essa razão, contrapõe-se ao indianismo, tornado ideia fixa e tido como solução para o problema da falta de originalidade. Consoante sua interpretação, o uso da figura do índio como símbolo nacional resulta num patriotismo forjado, haja vista que, em virtude da invenção de uma “cor local”, anima-se um personagem do qual quase nada se sabe em relação a seus hábitos e valores: “O índio não deixou uma história por onde procurássemos reviver sua fisionomia perdida. Não pode dar-nos, por exemplo, o romance histórico propriamente tal. Não conhecemos a sua vida íntima.” (ROMERO, 2002, p. 54) Imbuído de valores cientificistas e reafirmando a teoria evolucionista em voga na segunda metade do século XIX, o crítico ressalva que a raça propriamente brasileira é o mestiço, e que essa grande fusão que lhe deu origem não está completa, razão por que não teríamos ainda um espírito ou caráter original, fadado, contudo, a ver com o tempo.

Em “A Poesia Contemporânea”, prólogo de *Literatura, História e Crítica* (2002), antes “Poesia hoje”, prólogo de *Cantos do fim do século* (1878), Sílvio Romero assinala que, se em fins do século XIX o brasileiro ainda não alcançara o patamar de alta cultura, teria sido porque faltaram a ciência desapassionada e imparcial, bem como efetivos artistas, conhecedores da história do país, conscientes de si e mais preocupados com a humanidade do que com índios e lusos. Considerado ora um militante intelectual, ora

uma figura polêmica e controversa, Sílvio Romero foi responsável por agitar as ideias, intensificar a crítica à concepção do nacional e propor um estudo sobre as circunstâncias do determinismo literário brasileiro, confrontando, provocando e combatendo ideologias homogeneizantes e dominantes:

Romero acidulou o vocabulário, adotou uma estratégia de agressão que o levava a comparar incessantemente a literatura à realidade do cotidiano, e assim estimulava o leitor a encarar criticamente o seu país, despertando-o da modorra de otimismo convencional em que o mergulhara a ideologia patrioteira dominante (CANDIDO, 2001, p. 30).

Afrânio Coutinho (2004, p. 293) sustenta que Romero via a literatura como resultante da formação etnológica e histórica dos povos, do gênio e do caráter do povo que a produz. Sendo assim, para estudá-la, era necessário investigar as raízes materiais e ambientais, os fatores sociais, econômicos, biológicos, geológicos, que contribuíram para “determinar” aquele caráter. Observa, ainda, que a geração naturalista, com Sílvio Romero à frente, consagrou a concepção historicista e sociológica da literatura, bem como a adoção do método histórico para a história literária. E, apesar da visão estreita em torno do fenômeno literário, própria de seu tempo, limitando a compreensão da literatura, reduzindo-a a um subproduto das condições do tempo e do meio, Sílvio Romero consolida a historiografia literária nacional, destacando-se por seu espírito científico, sua valorização da erudição e da técnica e sua seriedade, marcando profundamente os estudos literários no Brasil.

No tocante ao homem de letras, Romero valoriza uma conduta combatente, a contrapelo do estado de sujeição ao mecenato e de uma mentalidade conservadora avessa ao método crítico. Desse modo, reformula a imagem atribuída ao escritor e ao

intelectual, sinalizando a proficiência do caráter analítico e o potencial da classe para intervir ativamente nas transformações históricas do país. Julga que, munida da ciência crítica, a inteligência brasileira não mais se restringirá a preceitos retóricos e regras de bom gosto, passando a produzir mais efetivamente, e que a crítica, levada a todos os compartimentos de nossa ignorância, patrocinará o efetivo progresso da nação brasileira.

Por fim, vale mencionar a ênfase dada por Romero ao fato de a nação ainda ser nova, o que para ele significa ter a consciência de que há uma trajetória orgânica a ser respeitada, rumo ao estabelecimento de uma existência mental melhor definida e não forçosa: “Não deixam de ser poderosos agentes de estacionamento o falso nacionalismo literário, a imitação estrangeira e a idolatria dos pátrios gênios. A história dá a razão de tudo.” (ROMERO, 2002, p. 63) Assim, contrário à reprodução do modelo estético europeu, como também de certa forma o é Magalhães, à veneração de prodígios pátrios e defensor da abordagem sociológica da literatura, o crítico naturalista oferece novos trajetos para a historiografia literária e funda a crítica moderna no país, ratificando que seríamos mais nacionais quando menos procurarmos sê-los.

Considerações finais

Analisados aqui sob o viés do pensamento nacionalista, os discursos de Domingos J. Gonçalves de Magalhães e Sílvio Romero relativos à historiografia literária brasileira, no período que segue à emancipação política do país, colaboraram, cada qual à sua maneira, para o estabelecimento dessa matéria como disciplina acadêmica, para uma reforma significativa da inteligência nacional e para a promoção de um olhar mais atento em

relação à formação de nossas letras. Motivados por diferentes escolas e bandeiras, conquistam a atenção da crítica e abrem caminho para se refletir acerca do percurso que traçamos em direção à nossa autonomia e reconhecimento cultural, além de favorecerem a compreensão de como se deu o processo de autoconhecimento e afirmação de nossa inteligência.

Num extremo, Gonçalves de Magalhães, poeta e ensaísta lembrado principalmente pela introdução do Romantismo no Brasil, funda nossa historiografia literária, lançando mão de um nacionalismo fervoroso que resguarda o espírito autonomista, o antilusitanismo, o cristianismo, o nativismo, e invoca escritos originais empenhados em sublimar nossos sentimentos, nossas crenças, costumes e heróis. Alegando ser a ideia de pátria a responsável pelas mudanças no/do país, assinala a necessidade de uma literatura própria, inspirada em nossas belezas naturais e dedicada a consagrar espíritos superiores que, a seu ver, melhor nos representassem, com vistas a devolver ânimo e orgulho ao povo brasileiro. E mais, ao abordar o conceito de literatura, suas relações com a sociedade, a origem, as fases e o caráter da literatura brasileira, e as condições do intelectual, o ensaísta demonstrou postura teórica – ainda que sob a ótica romântica – e impulsionou, obviamente não sozinho, a descolonização literária brasileira.

Na outra ponta, representando de modo polêmico as mudanças de mentalidade e de gosto sinalizadas na segunda metade do século XIX, Sílvio Romero escreve a história literária brasileira como quem ambiciona analisar e documentar nossa evolução, problematizando as intervenções do meio, do tempo, bem como as raças que nos deram origem e as influências estrangeiras, fatores que considera determinantes de nossa civilização. Em seu discurso, a natureza não equivale à mera fonte de inspiração ou cenário, mas a um decisivo agente condicionador e diferenciador da vida nacional.

Concebida como expressão do povo e como produto das condições do meio, a literatura deveria expressar o que servisse à compreensão de nossa existência. Convencido de uma missão crítica, cujo objetivo seria destituir a inércia do pensamento brasileiro, assinala que nos habituamos a imitar outras experiências, confundindo tradição com tradução, e questiona a ausência do Brasil no movimento científico da humanidade. Além disso, põe em xeque a noção de literatura nacional e a versão de nacionalismo glorificada pela escola romântica, julgando-a dissimulada e passível de difundir miragens, ao invés de traços marcantes de nosso “ser” e de nossa “sociedade”.

O fato é que, se Sílvio Romero foi responsável por consolidar e ampliar nossa historiografia literária com seu nacionalismo crítico de base cientificista, explorando nossa origem a partir da dinâmica da raça, do meio e das influências estrangeiras, apesar de sua visão limitada a respeito do fenômeno literário, antes dele, como vimos, Gonçalves de Magalhães, motivado por valores românticos, dera o primeiro passo, atribuindo sentido ao estudo de nosso passado e à formação de uma historiografia e de uma literatura nacionais. Temos então, como julgamos ter demonstrado, dois nacionalismos distintos convergindo, porém, para um caminho comum: a modernização cultural brasileira, o advento da visão histórica e da perspectiva teórica, mesmo que precária, estimando o progresso, a liberdade, e nos conscientizando de nosso atraso para que possamos superá-lo.

Referências

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. Sílvia Romero: crítico e historiador da literatura. In: ROMERO, Sílvia. *História da literatura brasileira*. Tomo I. Ed. comemorativa. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 2001, p. 13-34.

COUTINHO, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. v. 6.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. [1836] In: SOUZA, Roberto Acízelo de (org.). *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*. Rio de Janeiro: Caetés, 2014. V. 1, p. 90-108.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

ROMERO, Sílvia. *História da literatura brasileira*. Tomo I. Ed. comemorativa. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 2001.

_____. *Literatura, história e crítica*. Ed. comemorativa. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. São Paulo: DIFEL, 1982.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*. São Paulo: É Realizações, 2014.

Recebido em 15 de fevereiro de 2019.

Aceite em 5 de abril de 2019.

ⁱ O presente trabalho é fruto de pesquisa financiada pelo CNPq mediante bolsa de pós-doutorado.